

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 476895 - MG
(2014/0033516-3)**

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : BANCO FIAT S/A
ADVOGADOS : GUSTAVO CÉSAR DE SOUZA MOURÃO E
OUTRO(S) - DF021649
THOMAZ BARBOSA SARMENTO MARTINS -
MG096276
LUIZ PAULO DA SILVA SANTOS - DF041952
AGRAVADO : POLISDEC INSTITUTO MINEIRO DE POLÍTICAS
SOCIAIS E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
ADVOGADOS : WALTER JOSE FAIAD DE MOURA - DF017390
LILLIAN JORGE SALGADO E OUTRO(S) - MG084841
ELEN PRATES DE SOUZA - MG148689

EMENTA

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO. ASSOCIAÇÃO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. AUTORIZAÇÃO ASSEMBLEAR. DESNECESSIDADE. AUTORA. DISSOLUÇÃO. ASSUNÇÃO. POLO ATIVO. COLEGITIMADO. POSSIBILIDADE. SOBRESTAMENTO. NÃO CABIMENTO. MULTA DO ART. 1.021 DO CPC/2015. NÃO APLICAÇÃO.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Na hipótese de se tratar de ação coletiva de consumo, em que a associação autora atua como substituta processual, tendo ocorrido sua dissolução, é permitida a assunção do polo ativo por outros legitimados de modo a amparar a coletividade envolvida e racionalizar o processo. Precedente.
3. A regra do artigo 1.031, § 2º, do CPC/2015 constitui mera faculdade do relator quando considerar prejudicial o recurso extraordinário em relação ao recurso especial, o que não ocorre no caso em exame.
4. A Segunda Seção desta Corte decidiu que a aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015 não é automática, pois não se trata de mera decorrência lógica da rejeição do agravo interno.
5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

